

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 3 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-866-3 DOI 10.22533/at.ed.663192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

No **Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

Fechando esta edição, no **Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1	1
AGROECOLOGIA NA ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO A PARTIR DA ABORDAGEM TEMÁTICA FREIREANA	
Diego de Sousa Macedo Wesley Amaral Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.6631923121	
CAPÍTULO 2	12
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA GAMIFICAÇÃO E APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA DISCIPLINA DE SISTEMAS DE TRANSPORTES DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ NOS ANOS DE 2013, 2014 E 2016	
Márcia de Andrade Pereira Bernardinis Rodolfo Augusto da Costa Maria Clara Suginoshita Marcelo Sefrin Nascimento Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.6631923122	
CAPÍTULO 3	28
AS RELAÇÕES BIOFÍLICAS E A ATIVIDADE NA NATUREZA: SUA CONTRIBUIÇÃO NO BEM-ESTAR	
Marilda Teixeira Mendes Michela Abreu Francisco Alves Jarbas Pereira Santos Patrícia Aparecida Antunes Alves Irene Menegali	
DOI 10.22533/at.ed.6631923123	
CAPÍTULO 4	39
CONHECENDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA CONTAGEM E IDENTIFICANDO A ABORDAGEM DA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Silvânia da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6631923124	
CAPÍTULO 5	50
CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE UM GRUPO DE MULHERES CAMPONESAS	
Rael Oliveira Souza Erivelton Nascimento Souza Darlei Oliveira Ferreira Aldinete Silvino de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.6631923125	
CAPÍTULO 6	61
CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS: UMA ESTRATÉGIA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Gislei José Scapin Leandra Costa da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6631923126	

CAPÍTULO 7	74
CURRÍCULO: PERSPECTIVAS PARA UM ENSINO DE CIÊNCIA ARTICULADO COM A REALIDADE	
Elisete Martins Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6631923127	
CAPÍTULO 8	86
EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: A INSENSIBILIDADE DA ESCOLA DIANTE DO CORPO ATIVO	
Andressa Rodrigues Mota	
Kelly Jessie Queiroz Penafiel	
Sylvia Pillar Oliveira de Tassis Frasson	
DOI 10.22533/at.ed.6631923128	
CAPÍTULO 9	97
ELABORAÇÃO DE FOLDERS PARA DIVULGAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS EM NAVIRAÍ - MS	
Keila Kauana Ribeiro Serena	
Fabiane Charão Gomes	
Juliana Dutra Lima	
Mariana Manfroi Fuzinatto	
Priscila Neder Morato	
DOI 10.22533/at.ed.6631923129	
CAPÍTULO 10	102
ENSINO DE QUÍMICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE: ANÁLISES E REFLEXÕES	
Andréia Andreóli Silvestre	
Sandra Valéria Limonta Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231210	
CAPÍTULO 11	110
ENTENDIMENTO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ ACERCA DE PRIMEIROS SOCORROS	
Janne Eyre Bezerra Torquato	
Adalberto Cruz Sampaio	
Francisco Diego da Silva Xavier	
Monalisa Martins Querino	
Elizabeth Amábile Calixto Costa	
Sheyla Maria Lima da Silva	
Paulo Henrique do Nascimento Bem	
Aurilene Alves Torquato	
Ilanna Mara Bezerra Neves	
Alinne Mota Dias	
Emanuelly Castro Alves	
José Herssem Loureto Abrantes Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231211	
CAPÍTULO 12	122
IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO FÍSICA PARA SAÚDE DE ESTUDANTES EM FASE ESCOLAR	
Adriana Lúcia Leal da Silva	
Luiz Clebson de Oliveira Silvano	
Letícia Lúcia Leal da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231212	

CAPÍTULO 13	130
MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PODER E SABER MÉDICO NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS ESCOLARES	
Fabiola Regina Ortega Eduardo Nunes Jacondino	
DOI 10.22533/at.ed.66319231213	
CAPÍTULO 14	140
NOTAS SOBRE A FILOSOFIA POLÍTICA DE ELLACURÍA	
Rogerio Baptistella Sidney Reinaldo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231214	
CAPÍTULO 15	149
O GEOGEBRA COMO FERRAMENTA NO ESCALONAMENTO DE SISTEMAS DE EQUAÇÕES LINEARES	
Márcio dos Anjos São Pedro	
DOI 10.22533/at.ed.66319231215	
CAPÍTULO 16	161
O PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCATIVA E O SEU PAPEL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA	
Eunice Pereira Azenha Maritê Medianeira Moro Neocatto Karla Marques da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.66319231216	
CAPÍTULO 17	175
RELATO DE EXPERIÊNCIA COM O SUBPROJETO PIBID NA ÁREA DE MATEMÁTICA	
Maria Emília da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231217	
CAPÍTULO 18	184
ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE ATIVIDADES DIDÁTICAS DE LÍNGUA INGLESA NA COMPREENSÃO ESCRITA	
Maria Catarina Paiva Repolês	
DOI 10.22533/at.ed.66319231218	
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	
CAPÍTULO 19	195
A EDUCAÇÃO NA DEFESA FUNDAMENTAL DOS DIREITOS HUMANOS	
Juliana Santos Alves Paulo Sérgio Machado	
DOI 10.22533/at.ed.66319231219	

CAPÍTULO 20	204
ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CÁCERES	
Cleusa dos Santos	
Eva Batista dos Santos Silva	
Ilma Ferreira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.66319231220	
CAPÍTULO 21	213
CONSELHO ESCOLAR, INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA: DIAGNÓSTICO DA GESTÃO COLEGIADA NO COLÉGIO ESTADUAL DE BRUMADO	
Elielson Teixeira	
Nubia Regina Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.66319231221	
CAPÍTULO 22	225
ENSAIO ANALÍTICO DO PRONATEC SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS	
Sérgio Inácio da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231222	
CAPÍTULO 23	237
INOVAÇÃO OU DEMOCRACIA: APORIA DE INSTITUIÇÕES OU FIM DA DEMOCRACIA?	
Marcelo Micke Doti	
DOI 10.22533/at.ed.66319231223	
CAPÍTULO 24	248
O DEBATE PÚBLICO E PRIVADO EM EDUCAÇÃO NOS TRAMITES DE UMA LDB NEOLIBERAL	
Claitonei de Siqueira Santos	
Ivo Monteiro de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.66319231224	
CAPÍTULO 25	261
O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS: UMA ANÁLISE SOBRE SUA COMPOSIÇÃO E SEU IMPACTO SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO DURANTE O PERÍODO DE 2007-2015	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.66319231225	
CAPÍTULO 26	272
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE SEUS PROPÓSITOS	
Elisabete Ferreira Esteves Campos	
Andreia de Souza Grava	
DOI 10.22533/at.ed.66319231226	
CAPÍTULO 27	286
RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO – TEORIA E PRÁTICA	
Jaqueline Tubin Fieira	
Giseli Moteiro Glagliotto	
DOI 10.22533/at.ed.66319231227	

CAPÍTULO 28	294
REPERCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE	
Rozilene de Moraes Sousa	
Edna de Oliveira Souza Silva	
Queila Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231228	
CAPÍTULO 29	304
UMA JANELA PARA A ÉTICA DAS POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL	
Nuno Miranda e Silva	
Sónia Pereira Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.66319231229	
SOBRE O ORGANIZADOR	317
ÍNDICE REMISSIVO	318

O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS: UMA ANÁLISE SOBRE SUA COMPOSIÇÃO E SEU IMPACTO SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO DURANTE O PERÍODO DE 2007-2015

Data de aceite: 04/12/2018

**Michele Lins Aracaty e Silva
Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto**

RESUMO: Este estudo aborda a relação entre despesa pública municipal e qualidade no ensino básico da rede pública do município. O município base da pesquisa é Manaus e o período corresponde de 2007 à 2015. Para alcançar os resultados, utiliza-se uma regressão linear simples entre despesa pública municipal real e notas do ensino básico na Prova Brasil. Para os cálculos foi utilizado o software Excel 2010. Fica-se compreendido que existe sim uma relação significativa e positiva entre o aumento da despesa pública municipal e o aumento da qualidade do ensino básico da rede público manauense representado através do aumento da nota na prova Brasil no período supracitado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica Pública. Despesa Pública Municipal. Manaus. Correlação.

PUBLIC FINANCING OF EDUCATION IN THE CITY OF MANAUS: AN ANALYSIS OF ITS COMPOSITION AND ITS IMPACT ON THE

QUALITY OF EDUCATION DURING THE 2007-2015 PERIOD

ABSTRACT: This study addresses the relationship between municipal public expenditure and quality in basic education of the municipal public school. The base municipality of the research is Manaus and the period corresponds from 2007 to 2015. To achieve the results, a simple linear regression between actual municipal public expenditure and grades of primary education in Prova Brasil is used. For the calculations, the Excel 2010 software was used. It is understood that there is a significant and positive relationship between the increase in municipal public expenditure and the increase in the quality of basic education of the public school represented by the increase in the grade in Brazil. in the aforementioned period.

KEYWORDS: Public Basic Education. Municipal Public Expense. Manaus. Correlation.

1 | INTRODUÇÃO

Desde Adam Smith (1723-1790) a ideia de conhecimento como ferramenta de produtividade e desenvolvimento econômico vem sendo trabalhada. E é na década de 50, por meio dos estudos realizados por Theodore

W. Schultz (1902 – 1998), que irá surgir o conceito de capital humano: Conjunto de capacidades, conhecimentos, competências e atributos de personalidade que favorecem a realização de trabalho de modo a produzir valor econômico (SULLIVAN; STEVEN, 2003). Daí fica evidente a importância da educação para o desenvolvimento econômico.

Partindo da contribuição inicial de Smith, passando por Theodore Schultz, e chegando até os mais elaborados modelos da tradição neoclássica, como por exemplo, o desenvolvido por Robert Solow, todos demonstram de certa forma a importância da educação para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação; principalmente daquelas que são carentes de uma matriz econômico-produtiva sólida e competitiva no mercado global, como é o caso do Brasil.

No Brasil, de acordo com o texto da Lei 9.394 de 1996, é “dever da família e do Estado promover a gestão da educação e educar seus cidadãos de forma a qualificá-los para o trabalho e para o exercício da cidadania”. E é por esse motivo que se exige um maior compromisso e comprometimento do Estado para com essa variável socioeconômica. Sendo assim, vale ressaltar a notoriedade do conhecimento em decorrência das campanhas e lutas que buscam uma parcela maior de recursos públicos destinados à Educação.

Atualmente, no Brasil, o fundo destinado à Educação é o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica. Este fundo foi apresentado pela primeira vez à Câmara dos Deputados em 1999 pelo núcleo de educação da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ele constava na Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 112/99 (FUNDEB, 2005).

Foi em 2005, através da PEC 415/05 que o FUNDEB passa a vigorar como Lei e substitui o antigo Fundo, a saber, FUNDEF – Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. O FUNDEB, um projeto muito mais valoroso em termos de suporte à Educação, de acordo com a Nota Técnica 07 do DIEESE (2005), é composto por uma gama de impostos diretos e indiretos como por exemplo o ICMS, FPM, FPE, IPE-exp e L.C. 87/96 (desoneração das exportações). Em contrapartida, o FUNDEF era integrado apenas por ICMS, FPM, FPE, IPE-exp e L.C. 87/96; O que fazia dele um fundo muito menos significativo para a melhoria do ensino brasileiro.

No FUNDEB, por essa nova proposta,

(...) a partir de 2006 e até 2019, a educação básica- que abrange a educação infantil, ensino fundamental e médio – (passa) a ter um fundo de financiamento próprio com vigência de 14 anos. (FUNDEB, 2005, p. 05).

E, como

O maior desafio da educação hoje está no nível municipal, ainda que se possa dizer que toda a educação no país seja desafio ingente. É preciso olhar com

absoluto carinho para a educação Municipal [sic.], porque é aí que começa o drama de nossa cidadania coletiva. A situação de indigência de grande parte dos Municípios [sic.] brasileiros nada mais retrata do que a indigência de nossa cidadania: os Municípios [sic.] não são capazes de auto-sustentação [sic.], por isso dependem basicamente de recursos federais para tudo (...) (SOUZA; FARIA (orgs.), 2003, p.11).

Melhorias no fundo destinado à educação, principalmente a infantil, correspondem ao sucesso almejado por toda nação que deseja consolidar um processo de desenvolvimento econômico de longo prazo sustentado e significativo. Uma avaliação da evolução e da destinação dada às verbas do FUNDEB converte-se num importante subsídio para a análise das políticas desenvolvimentistas nacionais que buscam consolidar a posição do Brasil como um dos principais atores da economia mundial, bem como de minorar nossas desigualdades socioeconômicas internas.

Outro fator que contribui para o entendimento da importância do investimento público em Educação é que, segundo Pereira e Lopes (2014)

Para a teoria do capital humano o aspecto quantitativo não determina produtividade, mas sim o lado qualitativo é o que realmente atribui valor, melhorando o produto e o trabalho em uma sociedade. Nesse sentido, o investimento em educação está relacionado com o crescimento econômico porque o mesmo afere níveis de produtividade, desenvolvimento tecnológico e uma população mais instruída e capacitada para o mercado de trabalho (PEREIRA, LOPES; 2014, p.1).

Para que se compreenda melhor, Cury (2002) trata da extrema desigualdade socioeconômica (pobreza ou miséria), que tem inserido dentro do ambiente escolar, problemas que não fazem jus a escola, mas que influenciam no desempenho dos estudantes. Em decorrência desse fato, o governo, de maneira compensatória, implanta programas como o FUNDOESCOLA e o programa bolsa família a fim de incentivar as famílias a manterem seus filhos na escola, pois a permanência de um estudante na escola durante todo o período de formação da educação fundamental garante a esse jovem não só uma formação acadêmica, mas uma formação de cidadão e que contribui significativamente para o futuro do país.

Enfim, estudar o financiamento público da educação no Município de Manaus e realizar uma análise sobre sua composição e seu impacto sobre a qualidade do ensino é, acadêmica, social e economicamente importante para compreender uma das únicas fontes viáveis de riqueza no longo prazo.

Em busca de responder os objetivos levantados por esta pesquisa, será utilizada a base de dados FINBRA (Finanças Brasil) da Secretária do Tesouro Nacional a fim de se avaliar a quantidade de recursos destinados à educação por esfera de governo com foco no FUNDEB, além claro, da própria Lei orçamentária Anual do município de Manaus de 2007 até 2015, período de análise deste estudo.

Já na avaliação qualitativa da educação será utilizada a base de dados do

Inep, a qual disponibiliza os resultados dos exames nacionais realizados com este fim, uma das bases de dados utilizadas para este fim será a Prova Brasil que é aplicada

(...)na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho (MEC, 2017a).

De posse dessas informações, buscar-se-á estimar um modelo de regressão simples tendo como variável explicada a qualidade do ensino público e como variável explicativa o montante da despesa pública em educação a fim de se detectar o peso médio desta variável para a melhoria da qualidade da educação pública no Município de Manaus, após isso, também far-se-á a correlação entre a despesa per-capita pública manauara e a qualidade do ensino público medido através da Prova Brasil, com o objetivo de se classificar os resultados obtidos na primeira análise.

Desta forma, tem-se uma pesquisa de natureza Aplicada, isto é, uma pesquisa que objetiva gerar conhecimentos à cerca da educação municipal e sua relação qualitativa direta com os gastos públicos envolvendo verdades e interesses locais.

O FUNDEB será o foco da pesquisa por se tratar de um fundo extremamente importante em termos de Educação. Ele possui uma gama de Impostos diretos e indiretos que compõem o seu corpo econômico – financeiro.

O foco da pesquisa se direcionará a esse fundo para que se possa analisar seu papel no ensino fundamental por que essa etapa do aprendizado é de extrema importância no desenvolvimento intelectual do cidadão. É nela que ele tem seu primeiro contato com a leitura, a escrita, a interpretação textual, enfim, com o aprendizado. E é a partir desse contato que se tem o surgimento de deficiências ou de eficiência no ensino-aprendizagem desse cidadão, dependendo da qualidade do ensino. Esse foco terá como base pesquisas bibliográficas e documentais.

Vale ressaltar que por mais que a pesquisa se delimite a cidade de Manaus, o FUNDEB não é apenas um fundo municipal. Também não se delimita a esfera Federal. Esse fundo, de acordo com o Ministério da educação (2017b, p.02),

(...) não é considerado Federal, Estadual, nem Municipal, por se tratar de um Fundo de natureza contábil, formado com recursos provenientes das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal); pelo fato da arrecadação e distribuição dos recursos que o formam serem realizadas pela União e pelos Estados, com a participação dos agentes financeiros do Fundo (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e, em decorrência dos créditos dos seus recursos serem realizados automaticamente em favor dos Estados e Municípios de forma igualitária, com base no nº de alunos. Esses aspectos do Fundeb o revestem de peculiaridades que transcendem sua simples caracterização como Federal, estadual ou Municipal.

Dessa forma, podemos caracterizar o fundo

Dependendo da ótica que se observa, o Fundo tem seu vínculo com a esfera Federal (a União participa da composição e distribuição dos recursos), a Estadual (os Estados participam da composição, da distribuição, do recebimento e da aplicação final dos recursos) e a Municipal (os Municípios participam da composição, do recebimento e da aplicação final dos recursos). (MEC, 2017b, p.2).

Por esses motivos neste estudo busca-se como objetivo geral analisar a composição e o impacto do financiamento público manauara sobre a qualidade do ensino da rede pública na educação básica. Para isso, serão necessários como objetivos específicos: descrever a composição da despesa pública manauara; correlacionar as variáveis despesa pública municipal de Manaus e notas na prova Brasil dos alunos da rede pública de ensino básico de Manaus; e averiguar se existe relação estatística positiva entre a despesa pública per capita e o aumento na nota da Prova Brasil desses alunos.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Capital humano e o nível de escolaridade como ferramenta de crescimento Econômico

O Capital humano, ou comumente chamado de capital intelectual, é uma variável socioeconômica que diz respeito à capacitação, ao nível de escolaridade, à capacidade do indivíduo de gerar tecnologia com produtividade e eficiência.

Segundo Schultz (1973),

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (SCHULTZ, 1973, p.31).

Ou seja, o capital humano tem grande chance de ser, segundo Schultz, variável essencial para o desenvolvimento socioeconômico de um país, e como foi citado, é a forma de capital que se desenvolve mais rapidamente em comparação com o capital não humano.

Para Kelniar, Lopes e Pontili (2013),

(...) o capital humano está atrelado à educação, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, pois muitos estudos foram feitos considerando o tempo empregado em educação e o tipo de educação dispensada ao fator humano. O resultado da educação pode ser observado na renda do trabalhador e sua

participação no processo de desenvolvimento econômico.(...), a qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo (KELNIAR, LOPES, PONTILI; p. 10; 2013).

É a partir deste pensamento que se vale dizer que o desenvolvimento e expansão de capital intelectual são indispensáveis para o crescimento econômico de um país; e, para que se tenha em abundância este capital, se torna necessária a despesa maciça em educação, pois somente ela oferece o ferramental indispensável aos indivíduos que buscam crescer intelectual e cientificamente de forma a se tornarem a força motriz da alta produtividade e da veloz criatividade tecnológica de determinado país o que é essencial para o crescimento econômico.

2.2 A educação básica: Foco no ensino fundamental e o papel do município

Neste tópico, será abordada a educação básica com foco no ensino fundamental, além disso, será abordado sobre o papel do município na oferta de ensino fundamental público com enfoque na capital Amazonense.

A educação básica no Brasil, segundo o PNE – Plano Nacional de educação- do MEC- Ministério da Educação, compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Como neste projeto, o foco da pesquisa abrange o município de Manaus, focar-se-á atenção apenas para o ensino fundamental pois, segundo a LDB-Lei de Diretrizes Básicas da Educação- nº 9.394/1996 Art. 11: é dever do município

(...) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ou seja, o ensino fundamental é de prioridade dos municípios e estes possuem a obrigação de ofertar ensino público amplo e de qualidade para todos os cidadãos moradores daquela cidade.

(...)esse processo de municipalização do ensino fundamental é bastante significativo, sendo que em alguns estados ela já corresponde a mais de 80% do atendimento do ensino fundamental e, portanto, é impossível discutir a questão da qualidade de ensino sem conhecer qual a distribuição dos municípios no Brasil, pelas diferentes regiões, e como e onde vivem os cerca de 170 milhões de brasileiros neste país-continente. (ARELARO, p.1043,2005).

Esse cenário de desigualdade entre os municípios foi estudado e avaliado por Arelaro em 2001, hoje esse quadro só piora, além do aumento do número de municípios em 10 unidades, tem-se também um aumento significativo da população brasileira. Segundo informações do IBGE, acerca das

Estimativas das populações residentes nos 5.570 municípios brasileiros, com data

de referência em 1º de julho de 2017, estima-se que o Brasil tenha 207,7 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento populacional de 0,77% entre 2016 e 2017, um pouco menor do que a taxa 2015/2016 (0,80%), (IBGE, 2017).

3 | RESULTADOS

Os modelos utilizados por esta pesquisa buscam criar duas Funções, uma delas relaciona a despesa pública com educação Básica real com as notas na Prova Brasil dos alunos manauaras no mesmo ano. A outra função possui a função de comprovar e fortificar a análise da primeira, nesta se relaciona despesa com educação real per capita com as notas na prova Brasil.

Para isso, foram utilizados 5 períodos de aprovação da prova Brasil, a saber, 2007,2009,2011,2013,2015. Os dados da prova Brasil foram retirados do QUEDU que se baseia no MEC para a obtenção dos dados. E os valores de despesa total real e despesa total per capita real foram retirados das LOAS dos respectivos anos e deflacionados com base na inflação do ano de 2015 que, segundo o IPEA-DATA foi de 10,70%.

Os modelos são regressões lineares simples que buscam as correlações citadas acima, as duas funções foram calculadas com a ajuda do software 2010.

Correlacionou-se em um primeiro momento a despesa com educação real e as notas dos alunos da educação básica na Prova Brasil, à essa função chega-se a um resultado muito significativo onde 97,10% das mudanças nas notas são explicados pelo aumento da despesa em educação. Possuem uma relação positiva direta.

Em um segundo momento, correlacionou-se, com o intuito de garantir os resultados obtidos, a despesa com educação per capita real e as notas dos alunos da educação básica na Prova Brasil, à essa *proxy* chega-se a um resultado muito significativo onde 97,57% das mudanças nas notas são explicados pelo aumento da despesa em educação per capita. Possuem uma relação positiva direta.

Agora, aos resultados.

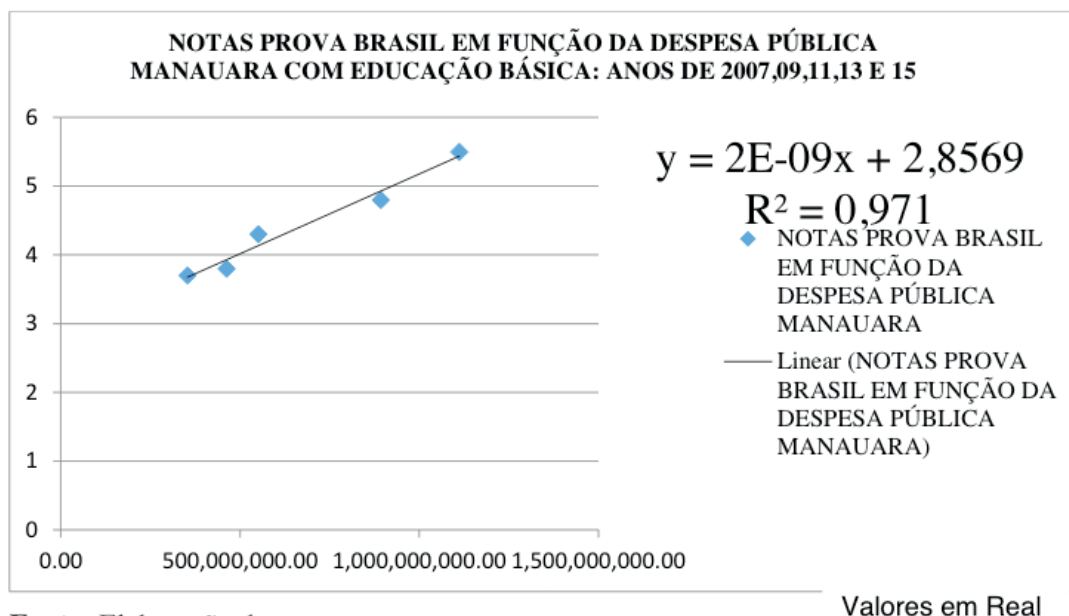


Gráfico 01 – Regressão Linear entre Qualidade da Educação (y) e Despesa Pública com Educação (x)

Fonte: Elaboração do autor.

Neste gráfico se pode observar, através da regressão linear, o quanto a qualidade do ensino na rede pública da educação básica manauara depende da despesa pública para com ela. O R^2 , chamado estatisticamente de coeficiente de determinação ficou no valor de 0,971, o que quer dizer que o aumento da despesa possui o poder de explicação sobre o aumento da qualidade no ensino de 97,10%.

Assim, existe uma relação estatística positiva entre o aumento da despesa com educação básica e o aumento da qualidade do ensino medido pela nota na prova Brasil dos alunos da rede pública municipal de educação.

CORRELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Y) E DESPESA PÚBLICA COM EDUCAÇÃO (X).	
R-QUADRADO	0.97095
F DE SIGNIFICAÇÃO	0,0021
P-VALOR	0.00045

Tabela 01- Correlação entre Qualidade da Educação Básica (y) e Despesa Pública com Educação (x)

Fonte: Elaboração do autor

Como se pode observar na imagem acima, a correlação entre a qualidade da Educação básica municipal de Manaus medida pela nota dos alunos na Prova Brasil e a Despesa pública Municipal com educação existe e é positiva.

Como foi explicado acima, o R^2 , também chamado de coeficiente de determinação foi de 97,10% de aplicabilidade total dos dados. No caso a Despesa

possui o poder de explicação de 97,10% sobre o valor da nota dos alunos que realizaram a prova Brasil.

Outro fator importante é salientar que o F de significação foi de 0.0021, o que significa que seu valor foi $<0,05$ o que afirma que a regressão é significativa estatisticamente falando.

Valer ressaltar que como o P-valor é $< 0,05$ (é igual à 0,4%), rejeita-se a hipótese nula de que não existe correlação entre as variáveis analisadas. Reforçando ainda mais a positividade correlativa entre o aumento da despesa e o aumento da qualidade no ensino básico na rede pública municipal manauara.

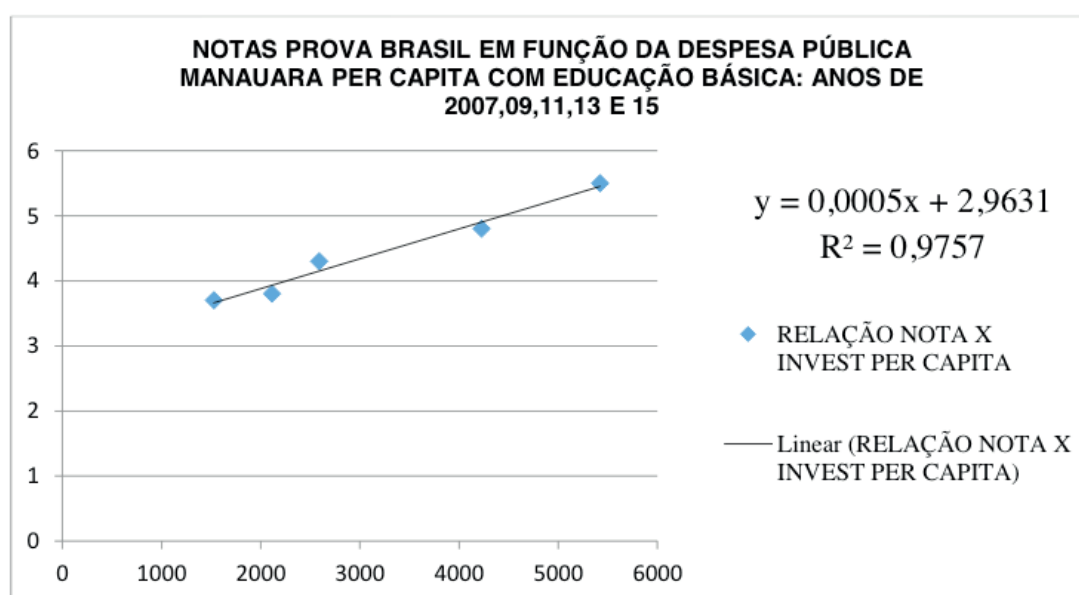


Gráfico 02 – Regressão Linear entre Qualidade da Educação (y) e Despesa Pública per capita com Educação (x)

Fonte: Elaboração do Autor.

Neste gráfico se pode confirmar o que se afirmou no gráfico anterior pois através da regressão linear, também se pode observar o quanto a qualidade do ensino na rede pública da educação básica manauara depende da despesa pública per capita para com ela. O R^2 , chamado estatisticamente de coeficiente de determinação ficou no valor de 0,9757, o que quer dizer que o aumento da despesa per capita da prefeitura de Manaus com educação possui o poder de explicação sobre o aumento da qualidade no ensino de 97,57%.

Assim, existe uma relação estatística positiva entre o aumento da despesa per capita com educação básica e o aumento da qualidade do ensino medido pela nota na prova Brasil dos alunos da rede pública municipal de educação básica.

CORRELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Y) E DESPESA PÚBLICA COM EDUCAÇÃO (X).	
R-QUADRADO	0.9757
F DE SIGNIFICAÇÃO	0,0016
P-VALOR	0.00021

Tabela 02- Correlação entre Qualidade da Educação Básica (y) e Despesa Pública per capita com Educação (x)

Fonte: Elaboração do autor.

Como se pode observar na imagem acima, a correlação entre a qualidade da Educação básica municipal de Manaus medida pela nota dos alunos na Prova Brasil e a Despesa pública per capita Municipal com educação existe e é positiva.

Como foi explicado acima, o R^2 , também chamado de coeficiente de determinação foi de 97,57% de aplicabilidade total dos dados. No caso a Despesa per capita possui o poder de explicação de 97,57% sobre o valor da nota dos alunos que realizaram a prova Brasil.

Outro fator importante é salientar que o F de significação foi de 0.0016, o que significa que seu valor foi $<0,05$ o que afirma que a regressão é significativa estatisticamente falando.

Valer ressaltar que como o P-valor é $<0,05$ (é igual à 0,2%), rejeita-se a hipótese nula de que não existe correlação entre as variáveis analisadas. Reforçando ainda mais a positividade correlativa entre o aumento da despesa per capita e o aumento da qualidade no ensino básico na rede pública municipal manauara.

O que confirma e reafirma o que foi resultante da primeira análise: A despesa pública municipal com Educação influencia bastante no resultado qualitativo da educação básica pública municipal manauara. Com o aumento da Despesa, se aumenta também a qualidade no ensino público.

REFERÊNCIAS

ARELARO, L. R.G. **O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências.** Campinas: Unicamp,2005. Vol. 26, n. 92, p. 1039-1066.BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, art67.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação Básica no Brasil.** Educ.Soc., Campinas, Vol. 23, n. 80, setembro / 2002, p. 168-200. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.com.br> Acessado em 20 de fevereiro de 2018.

DIEESE. Nota Técnica: **O FUNDEB e o financiamento Público da educação.** São Paulo, N. 07, p. 1-13, Out.2005.

FUNDEB. Nota Técnica: **O FUNDEB e o financiamento da educação.** R.Bras.Est.Pedag., Brasília, V.82, n. 200/201/202, p. 117-136, Jan./Dez.2005.

KELNIAR, Vanessa Carla; LOPES, Janete Leige; PONTILI, Rosangela Maria. A teoria do capital

humano: revisitando conceitos. In: VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 2013, Paraná: s.n., **Anais O método Científico**. Disponível em < http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/05-Vckelniartrabalhocompleto.pdf> Acessado em 16 de março de 2018.

MEC. **FUNDEF**: Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/mo.pdf>> Acesso em 30 de março de 2017. (B)

MEC. **Prova Brasil**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>> Acesso em 30 de março de 2017. (A)

PEREIRA, Mirian T.; LOPES, Janete L. **A Importância do capital humano para o crescimento econômico**. IX EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica Campo Mourão, 27 a 31 de Outubro de 2014.

SCHULTZ, T. W., **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOUZA, Donaldo Bello DE; FARIA, Ciomar Macedo de (Orgs.). **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SULLIVAN, Arthur; STEVEN, M. Sheffrin (2003). **Economics: Principles in action**, Upper Saddle River, New Jersey 07458: Pearson Prentice Hall. 5 páginas. ISBN 0-13-063085-3.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroecologia 1, 2, 5, 6, 7, 10, 50, 53, 56, 59
Análises e reflexões 102, 272
Atividades didáticas 184, 189, 190, 192, 193
Atividades na natureza 28, 31
Avaliação Física 122, 123, 124, 125, 128, 129

B

Biofilia 28, 29, 30, 36, 37, 38

C

Caverna 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 142
Conhecimentos matemáticos 50, 53, 54, 59
Consolidação 59, 78, 79, 82, 97, 102, 108, 275, 310
Corpo 28, 30, 31, 36, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 113, 137, 142, 200, 210, 212, 240, 264
Creche 204, 205, 206, 207, 208
Currículo 3, 6, 9, 10, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 120, 192, 202, 210, 211, 212, 216, 218, 221, 222, 223, 227, 277, 279, 294, 298, 301

D

Direito a ter direitos 195
Disciplina 12, 13, 14, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 40, 42, 43, 46, 48, 71, 72, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 103, 117, 118, 178, 188, 189, 192, 196, 204

E

Educação Física Escolar 61
Educação Infantil 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 262, 266, 297, 299
Ensino de Ciências 1, 2, 7, 74, 104, 105
Ensino de química 102, 109
Ensino e aprendizagem 80, 132, 175, 178, 194, 283
Escalonamento 149, 150, 153, 154, 156, 159
Escola 1, 3, 7, 40, 42, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 161, 163, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 187, 194, 195, 198, 199, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 231, 248, 249, 250, 253, 255, 257, 260, 263, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 290, 292, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 316
Estado da arte 102, 104, 109, 203, 302

Estágio Curricular 72, 86, 88, 93
Estágio Supervisionado 50, 51, 52, 53, 59

G

Geogebra 149, 150, 153, 154, 155, 160

H

História 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 69, 76, 77, 79, 84, 105, 109, 118, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 176, 183, 187, 188, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 216, 219, 220, 224, 238, 239, 240, 241, 242, 250, 283, 287, 288, 301, 302, 317
História dos Direitos Humanos 195, 196, 197, 203

I

Informática na Educação 161, 162, 164, 165, 166, 171, 173, 174

J

Jogos 17, 22, 40, 43, 66, 67, 76, 80, 105, 175, 178, 179, 180, 181, 183

L

Licenciatura em Educação do Campo 50, 51, 54, 55, 58
Licenciatura em Matemática 43, 175, 183
Língua Inglesa 184, 188, 193, 194
Logos Histórico 140, 143, 144, 145

M

Material Pedagógico 61, 62, 63, 64, 67, 68, 71
Medicalização 86, 88, 96, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139

N

NTEM Santa Maria 162, 164, 172

P

PIBID 84, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183
Pivotamento 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159
Política 18, 80, 87, 113, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 162, 164, 184, 185, 188, 202, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 243, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 256, 258, 259, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 285, 289, 295, 296, 298, 300, 301, 302
Politização 140, 143, 144, 145
Prevenção 112, 116, 117, 120, 122, 126, 128, 129
Primeiros socorros 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Processo Educativo 42, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 94, 166, 172, 210, 289, 314
Produção Agroecológica 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59
Professor de Informática Educativa 161, 162, 163, 166
Professores 8, 46, 47, 52, 62, 64, 73, 74, 75, 76, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 100,
105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 134, 135, 159,
160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 177, 178, 182, 184, 186, 187, 188,
189, 190, 191, 192, 193, 195, 201, 203, 206, 210, 213, 214, 216, 217, 221, 223, 274, 278, 282,
286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 316, 317
Profissão 26, 72, 83, 97, 186, 216, 278, 303, 304, 307, 308, 309, 314, 315
Projeto Político Pedagógico 204, 205, 206, 209, 211, 212, 213, 221, 222, 223

R

Roteiro 35, 113, 184, 185, 188, 189, 190, 192, 193

S

Sedentarismo 122

Sistemas Agroflorestais 1, 2, 3, 6, 8, 9, 11

Sistemas Lineares 149, 150, 154

Sociedade 4, 5, 6, 7, 13, 40, 41, 42, 48, 52, 53, 57, 65, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 86, 88,
89, 90, 91, 92, 94, 95, 102, 105, 109, 118, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 143, 145, 146,
147, 160, 162, 163, 165, 173, 174, 182, 186, 194, 202, 209, 213, 216, 219, 220, 235, 237, 238,
240, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 263, 273, 275, 277,
278, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297, 299, 301, 307

T

Tecnologia Educacional 161, 162, 164, 165, 166, 174

Transdisciplinaridade 74, 79, 80, 81

